

UNIVERSITÁRIOS NEGROS, PERMANENCIA E MORADIA ESTUDANTIL: CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DE LEVANTAMENTO DO BANCO DE DADOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - ANPED

Marilia do Amparo Alves Gomes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
li_amparo@hotmail.com

Geovania Fagundes Ribas

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
geoeduca.ifba@gmail.com

Ennia Débora Passos Braga Pires

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
enniadebora@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem o objetivo de compreender como se dá a produção científica brasileira sobre a permanência de estudantes negros em moradias universitárias. Tal produção faz parte de uma pesquisa de Mestrado, em andamento, no Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação (PPGED) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O presente artigo traz os resultados de um mapeamento da produção científica brasileira sobre a temática, para tanto adotamos como referência as produções do Grupo de Trabalho GT 11 da ANPED. Na análise dos dados apresentados no GT 11, os trabalhos são focado nas discussões na Política de Educação Superior. Discute o quantitativo reduzido de produções relacionadas à temática em questão, em diálogo com pesquisadores do campo e as lacunas existentes.

Palavras-chave: Negro. Permanência. Residência Universitária

Introdução

Discutir Educação Superior e relações étnico-raciais implica em refletir sobre as desigualdades históricas que marcam a trajetória do povo negro no Brasil.

As imensas desigualdades raciais observadas no Brasil [...] nada mais são do que o resultado das brutais desvantagens e exclusões originais geradas pelo regime escravista, transmitidas através das gerações, e realimentadas cotidianamente pela ação de preconceitos e discriminações racistas, também originados no passado escravocrata, mas que continuam vivos e atuantes. Essas disparidades se manifestam sistematicamente em todos os aspectos da vida econômica e social do país, e em todas as regiões e unidades da federação brasileira (MARTINS, 2004, p. 18).

Ao se propor discutir educação do negro no Brasil torna-se obrigatório trazer à tona a não-escolarização ou escolarização deficiente / tardia para negros "garantida" pelo Estado brasileiro ao longo da história. Milhares de negros foram alijados do direito à escolarização ao longo do período escravista e pós-escravista, pois é sabido que a libertação dos escravizados não aconteceu na mesma proporção de geração de direitos, dando seguimento à uma ainda mais forte marginalização daqueles sujeitos que agora, libertos, não eram aceitos no mercado de trabalho, no meio social, nos bancos escolares, não tendo para onde ir.

Não precisamos ir muito além em nossa reflexão para perceber o "atraso" provocado por esse passado escravista e que impactou profundamente a forma como se é percebido o negro na nossa sociedade e os lugares no imaginário social que este ainda hoje ocupa, valendo ressaltar aqui, a realidade da defasagem educacional no tocante ao acesso e permanência dessa população no nosso sistema de ensino.

Realizada no plano político-parlamentar pelas categorias dominantes, mais interessadas em libertar a sociedade do ônus da escravidão, do que em resolver o problema do negro, a Abolição significou apenas uma etapa jurídica na emancipação do escravo que, a partir de então, foi abandonado à sua própria sorte e se viu obrigado a conquistar por si sua emancipação real (COSTA, 1998, p. 529).

O reconhecimento pelo Estado brasileiro, geralmente via pressão dos movimentos sociais, resulta na constante criação de políticas públicas como as ações afirmativas que podem ser entendidas por políticas específicas de apoio, impostas ou incentivadas pelo Estado, cujo principal objetivo é combater práticas discriminatórias, promovendo determinados grupos socialmente fragilizados. São medidas de caráter temporário, tornando-se desnecessárias após alcançar o objetivo a que se destina (GOMES, 2001, p.39). Neste sentido, apesar da

"desresponsabilização" do atual modelo de Estado brasileiro, de caráter neoliberal, da redução do seu papel na Educação e o avanço da privatização da Educação Pública, processos intensificados nos anos 90, se tomarmos como referência as últimas décadas, a Política de Educação apresenta avanços a exemplo da implementação da Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; Lei de Cotas, Política de Assistência Estudantil, dentre outras. Contudo, além da Política de acesso, a política de permanência é fundamental para garantia do direito social à Educação, previsto na Constituição Federal de 1988.

Sobre a ideologia neoliberal, PERONI (2003) a define como "a ideologia utilizada para justificar o modelo de acumulação flexível" e ainda segundo a autora, o Estado é denominado mínimo para as políticas sociais e máximo para o Capital.

A Política de Assistência Estudantil – PNAES, criada através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública”. O artigo terceiro prevê que a Moradia Universitária é uma das subáreas integrantes das ações de assistência estudantil.

Este artigo tem o objetivo de compreender como se dá a produção científica brasileira sobre a permanência de estudantes negros em moradias universitárias. Tal produção faz parte de uma pesquisa de Mestrado, em andamento, no Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação (PPGED) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O presente artigo traz os resultados de um mapeamento da produção científica brasileira, para tanto adotamos como referência a produção do Grupo de Trabalho GT 11 da ANPED. Na análise dos dados identificamos 05 trabalhos do GT 11, com foco nas discussões na Política de Educação Superior. Discute o quantitativo reduzido de produções relacionadas à temática em questão, em diálogo com pesquisadores do campo e as lacunas existentes.

Partimos da ideia de que através da educação é possível a promoção social do negro na busca por igualdade racial

Como, então, reverter esse quadro preconceituoso que prejudica a formação do verdadeiro cidadão e a educação de todos os alunos, em especial os membros dos grupos étnicos, vítimas do preconceito e da discriminação racial? Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados (MUNANGA, 2001. p.17)

Este estudo oferece um enfoque diferenciado, pois apresenta a problemática da permanência no Ensino Superior para o negro, porém com um diferencial, identificar as produções sobre o tema, com base no banco de dados da ANPED, e perceber a lacuna existente em pesquisas sobre Residência Universitária com esse grupo.

Percurso metodológico

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de artigos do GT 11 da ANPED, disponíveis no Sítio Eletrônico da referida Associação; visitamos os anais dos grupos de trabalho citados, tendo como critério de identificação dos artigos que apresentavam as palavras “negros”, “permanência”, “moradia Universitária”, “residência universitária”, “moradia Estudantil”. Presentes nos títulos dos trabalhos. Quando identificada qualquer uma dessas palavras no título do trabalho, partíamos para a leitura do resumo e das palavras-chave no intuito de confirmar se o referido trabalho abordava a discussão das relações sobre negros, permanência e moradia universitária. Identificamos que há escassez de trabalhos sobre negros em moradia universitárias, pois, ao realizarmos a busca no banco de dados do referido GT com os termos “Residência Universitária”, “Moradia Estudantil” e “Moradia Universitária”, nenhum resultado foi encontrado.

Optamos então por identificarmos os demais resultados encontrados que se relacionam com a temática, que totalizaram cinco resultados. Consideramos o levantamento bibliográfico sobre os estudos de uma determinada área importantes para o campo da Educação, pois possibilita

o reconhecimento dos estudos já realizados e possíveis lacunas existentes, além de servir de base para pesquisas futuras.

Discussão

As relações raciais no Brasil estão marcadas por desigualdades, que permeiam a sociedade brasileira desde os primórdios. Embora o Brasil seja uma nação “miscigenada” resultante de três matrizes culturais diferentes entre si: o índio (dono da terra), o branco europeu (o colonizador) e o negro africano (o escravizado), as relações de poder ao longo da história fizeram com que houvesse uma enaltação do padrão branco em detrimento da figura indígena e mais acentuadamente, da negra. Isso muito, devido à contribuição de teorias como as raciais europeias, disseminadas nos séculos VXIII e XIX e que afirmava a inferioridade de alguns grupos "raciais" e a superioridade europeia.

Baseados no darwinismo social, essas teorias raciais tiveram repercussão aqui no Brasil marcando o pensamento científico do início do século XX. Intelectuais como Silvio Romero e Nina Rodrigues acusavam a miscigenação e a presença do negro como fatores desencadeadores da degradação do país. Segundo Romero, os grupos negros eram considerados um mal à civilização branca, sendo considerados “um dos fatores de nossa inferioridade como povo” (ROMERO, apud SCHWARCZ, 1995, p. 153).

Para Munanga (2003) essas teorias foram um dos fatores determinantes para a propagação do racismo que se cristalizou na sociedade e que ainda hoje segrega rotulando indivíduos negros nos diferentes espaços sociais.

Com o descobrimento do continente no século XV, os povos africanos receberam a identidade coletiva de “negros”. Nos séculos XVI e XVII os teólogos se colocavam, a questão de saber se esses negros eram bestas ou seres humanos iguais aos europeus. Questão retomada pelos filósofos iluministas no século XVIII e cuja resposta desembocou numa classificação absurda da diversidade humana em seres superiores e inferiores. Daí, a origem do racismo científico ou racialismo que infelizmente interfere até hoje nas relações entre as sociedades humanas (MUNANGA, 2003, p.39)

Assim, ao indivíduo negro, muitas vezes é atribuída a imagem de marginal, desonesto, incapaz, mau-caráter, impuro, feio, inferior, enfim, são muitos os adjetivos historicamente

associados à imagem negra em nossa sociedade e que precisam ser desconstruídos, seja através de iniciativas do próprio governo ou sejam elas suscitadas no seio dos movimentos sociais. O lugar do negro na sociedade brasileira tem sido lugar de subalternidade, no campo educacional não é diferente, basta olharmos os índices escolaridade.

Na educação superior diversos estudos tem sido pensados para compreender o lugar do negro no ensino superior. A Produção do conhecimento sobre a temática das condições de Permanencia de universitários negros, ainda é escassa nos bancos de dados voltados para pesquisas em Educação. Neste trabalho tomaremos como referência as produções divulgadas na Biblioteca da ANPED, especificamente do GT 11.

A escolha dos Grupos de Trabalho, levou em consideração a temática abordada intitulada *Universitários negros em Moradia Estudantil*, sabemos que o GT 11 Política da Educação Superior dá ênfase a questões voltadas à Universidade, sendo assim, se aproxima da nossa investigação que relaciona Moradia Universitária e negros, portanto dentro do campo da Política de Assistencia Estudantil.

A escassez de trabalhos que discutem Negros e Residência Universitária, somada ao baixo quantitativo de trabalhos encontrados com as palavras chave, demonstram que o tema não tem recebido atenção considerável dos pesquisadores da área de educação. Os artigos encontrados estão listados na tabela abaixo

TRABALHOS SOBRE NEGROS, PERMANENCIA, MORADIA UNIVERSITÁRIA – ANPED – GT 11

GT	TITULO DO TRABALHO	AUTOR
11	POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E DE INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL (PIER) DA UNEMAT	BARBOSA, Valci Aparecida; LIMA, Elizabeth Gonzaga dos Santos

11	POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NOS ANOS 2000	ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli M
11	COTAS RACIAIS E MERCADO DE TRABALHO: RELAÇÕES POSSÍVEIS	LIMA, Marluce de Souza Oliveira; ROBERTO, Joanna de Ângelis Lima; SISS, Ahyas
11	MITOS E CONTROVÉRSIAS SOBRE A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de
11	POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRABALHADORES DOS CURSOS NOTURNOS (1996-2006)	CAVALCANTE, Maria Cleide Lima Pereira

Na nossa análise, foram encontrados um número pequeno de trabalhos, sendo assim, optamos por reunir os trabalhos em grupos, de acordo com semelhanças de temática, foram criadas assim, três categorias para identifica-los:

CATEGORIAS/GRUPOS	TRABALHOS
COTAS RACIAIS	COTAS RACIAIS E MERCADO DE TRABALHO:

	RELAÇÕES POSSÍVEIS
	MITOS E CONTROVÉRSIAS SOBRE A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
PERMANENCIA E QUESTÃO RACIAL	POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NOS ANOS 2000
	POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRABALHADORES DOS CURSOS NOTURNOS (1996-2006)
DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E QUESTÃO RACIAL	POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E DE INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL (PIIER) DA UNEMAT

Optamos pelo agrupamento acima, devido os artigos problematizarem sobre um mesmo tema enfatizando subtemas análogos.

Cotas raciais

Dois trabalhos apresentados centraram-se em discussões sobre as cotas raciais, “COTAS RACIAIS E MERCADO DE TRABALHO: RELAÇÕES POSSÍVEIS” de LIMA, Marluce de Souza; ROBERTO, Joanna de Ângelis Lima e SISS, e Ahyas (2013) trata-se de apresentação em forma de Pôster, e “MITOS E CONTROVÉRSIAS SOBRE A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR” de BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E Maciel de. (2006). Ambos identificados no GT 11 da ANPED. Lima; Roberto e Siss (2013), em “Cotas raciais e mercado de trabalho: relações possíveis” apresentam a discussão sobre a passagem da sociedade escravista para a capitalista, com os negros em situação de desigualdades racial, social, econômica e cultural, ressalta a marginalização do povo negro do mercado de trabalho, remetendo ao período pós abolição, que não foram oferecidas condições para que o negro garantisse seu lugar no mercado de trabalho, ressaltam que os negros tiveram grande participação nas lutas por

melhores condições de vida, desde o período de escravidão, com foco na luta por liberdade, e após abolição, quando passou a lutar pelos demais direitos sociais.

As autoras trazem a discussão da questão racial para a área de Educação, “ mesmo com todos os avanços nas áreas sociais, culturais e econômicas, que se verificam na sociedade brasileira, a diferença no grau de escolaridade entre brancos e negros acentuou-se com o passar dos anos, principalmente no tocante ao ensino superior” (p. 2). Para embasar suas afirmações as referidas autoras apresentam dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE que confirmam desigualdade no acesso ao ensino superior. A análise foca na temática das cotas raciais, com alunos egressos da UERJ. Nessa direção, as autoras informam como objetivo geral “analisar e caracterizar se os egressos do sistema de cotas raciais, que estão alocados no mercado de trabalho, desenvolvem atividades compatíveis com sua área de formação acadêmica e como se dá a inserção desses profissionais nas áreas de maior e menor prestígio social”.

No processo de conclusão do artigo as autoras recorrem a alguns teóricos que discutem a temática, demonstrando ao longo da conclusão, posicionamentos antagônicos dos teóricos acerca das teorias raciais, ações afirmativas e desigualdades. Já o artigo de Bittar e Almeida (2006), intitulado “MITOS E CONTROVÉRSIAS SOBRE A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR”, dialoga de maneira significativa com o trabalho de Lima; Roberto e Siss (2013), especialmente no que diz respeito a ênfase destinada ao papel protagonista do povo negro, os dois trabalhos apresentam a figura do negro protagonizando as lutas por liberdade e por melhores condições de vida, rompendo com a ideia de um povo passivo diante do processo de escravização. Bittar e Almeida (2006) faz um percurso histórico das lutas dos movimentos negros até chegarem a conquista da política de cotas, propõem como objetivo “ analisar o processo de implantação da política de cotas para negros na educação superior na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e em que medida essa política pode ser considerada uma estratégia de acesso e permanência dos estudantes cotistas na Universidade”, percebemos que enquanto no primeiro texto a ênfase se dá ao acesso ao mercado de trabalho, no segundo a ênfase é na política de cotas e na permanência. Os autores também recorrem a dados estatísticos para comprovarem as disparidades raciais no Brasil, utilizam dados do Índice de Desenvolvimento Humano IDH, constatam que “dados indicam que a população negra encontra-

se em condição social, econômica e educacional inferior aos demais segmentos da população, uma vez que ao ser realizado o recorte racial, separando a população negra da população branca, o IDH nacional é alterado significativamente” (p.3). Concluem o texto abordando os resultados da pesquisa realizada com alunos cotistas, evidenciando que “a adoção do sistema de cotas consiste numa ação afirmativa de superação de desigualdades” (p.14). Os autores dos dois textos aqui mencionados nesta categoria Cota, contextualizam a ação afirmativa com os dados de desigualdades no acesso ao ensino superior, porém nenhum dos dois trabalhos aprofunda a temática da Permanência e nem citam a Residência Universitária.

Permanência e questão racial

Araujo (2013), em “POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NOS ANOS 2000” inova ao abordar a temática de Permanência, pois relata em seu texto que estudos com essa temática ganham força a partir dos anos 90 e se intensifica com a expansão do ensino superior nos anos 2000. A autora utiliza a legislação, bem como teóricos para destacar o conceito de Permanência, ressalta que “nos anos 2000, a preocupação do Estado centra-se ainda na ampliação do acesso à educação superior e em menor proporção, ao apoio a parcelas específicas de estudantes da graduação, com vistas à sua permanência e terminalidade, a partir do pagamento de bolsas e/ou financiamento estudantil” (p. 7), a partir da análise conclui que a permanência nos anos 2000 não era prioridade governamental da União, percebeu-se claramente a prioridade na “expansão do acesso deste nível de ensino e atuam muito sutilmente no âmbito da permanência dos estudantes da graduação”(p.8), questiona o papel focal das políticas de assistência estudantil, que em algumas Instituições de ensino superior possibilitam a concessão de bolsas, porém, com critérios excludentes para o estudante trabalhador. O artigo traz também os aspectos positivos das políticas de permanência, “à ampliação mesmo que sutil das publicações sobre a temática e ao desenvolvimento gradativo de procedimentos que possibilitem a identificação efetiva da permanência dos estudantes nos dados agregados do Censo da Educação Superior, dando suporte futuro à avaliação das políticas públicas” (p. 15), verificamos que o trabalho não aprofunda a temática da questão racial como um marcador de

desigualdade, ainda que seja notório no Brasil que a questão racial é também questão social.

Também abordando a questão da Permanência no ensino superior, Cavalcante (2007) em “POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRABALHADORES DOS CURSOS NOTURNOS (1996-2006)”, apesar de tratar da permanência, tem como campo instituições privadas de Mato Grosso do Sul, faz o questionamento sobre o papel do Estado em oferecer educação superior gratuita, quanto a permanência, conclui que estudantes trabalhadores apresentam maiores dificuldades para concluírem os cursos, a autora utiliza (SARKIS, 2004, p. 97) “gratuidade da matrícula e mensalidade não é suficiente para garantir o acesso físico e a manutenção do estudante junto a universidade” para enfatizar a importância de políticas de permanência em universidades privadas. A autora não aborda a questão racial.

Democratização do ensino superior e questão racial

POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E DE INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL (PIIER) DA UNEMAT”, aborda inicialmente sobre a política de ações afirmativas de cotas raciais, ressalta ainda a democratização do ensino superior como “um processo dinâmico que requer a adoção de ações que garantam, para além da expansão do sistema educacional e da ampliação do número de matrículas, a equidade, a igualdade de oportunidades e a qualidade da educação combinadas com políticas que facilitem o acesso e que garantam a permanência dos estudantes nas IES” (p. 3), notamos assim que Barbosa e Lima (2013) ao abordar o conceito de democratização perpassa a importância do acesso e aborda também a questão da necessidade de condições de permanência na Universidade.

Se refere aos estudos de Bittar e Almeida (2006) para afirmar que indicadores “apontam que a população negra se encontra em condição social, econômica e educacional inferior aos demais segmentos da população brasileira”. Concluem que “em meio às contradições há um ponto de consenso entre professores e alunos, que é a necessidade da adoção de políticas de

permanência”, portanto assim como nos demais estudos, os autores ressaltam que a ênfase tem sido nas políticas de acesso, por fim mostra caminhos para alcançar de fato a democratização.

Considerações

O estudo possibilitou-nos identificar as produções relacionadas com a temática que inter-relaciona estudantes negros e ensino superior, a partir das análises das pesquisas encontradas notamos que existe uma lacuna no que concerne a estudos sobre condições de permanência de estudantes negros moradores de Residência Universitária. Nenhum dos estudos aqui analisados, sequer cita tal questão.

Mesmo os estudos que tratam de permanência de estudantes, não abordam a questão racial como um marcador de desigualdade importante na avaliação de políticas públicas de assistência estudantil.

Embora GT 11 da ANPED tenham sido encontrados poucas produções é possível perceber que houve um deslocamento na centralidade das pesquisas que tendem a focar apenas no acesso ao ensino superior, mesmo aquelas pesquisas que citam a importância das políticas de permanência, tem sua centralidade nas políticas de acesso, especificamente cotas raciais.

Referências

ARAUJO, Carla Busato Zandavalli M. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NOS ANOS 2000. In: 36ª Reunião Nacional da Anped, 2013. Disponível em http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11_3415_texto.pdf 28 de agosto de 2017.

BARBOSA, Valci Aparecida; LIMA, Elizabeth Gonzaga dos Santos. POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E DE INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL (PIER) DA UNEMAT. In: 36ª Reunião Nacional da Anped, 2013. Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11-3185-int.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2017.

BARROSO, João. **O Estado, a educação e a regulação das políticas**. Educação & Sociedade, Campinas, v,25, n 89, p.1105-1126, set/dez.2005.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de. MITOS E CONTROVÉRSIAS SOBRE A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR. In: 29ª Reunião Nacional da Anped, 2006. Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11-2516-int.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2017.

BRASIL, (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial.

CAVALCANTE, Maria Cleide Lima Pereira. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRABALHADORES DOS CURSOS NOTURNOS (1996-2006). In: 30ª Reunião Nacional da Anped, 2007. Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11-3185-int.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2017.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

GOMES, Joaquim Benedito. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: O direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LIMA, Marluce de Souza Oliveira; ROBERTO, Joanna de Ângelis Lima; SISS, Ahyas. COTAS RACIAIS E MERCADO DE TRABALHO: RELAÇÕES POSSÍVEIS. In: 36ª Reunião Nacional da Anped, 2013. Disponível em http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11_2791_texto.pdf. Acesso em 28 de agosto de 2017.

MARTINS, Roberto Borges. **Desigualdades raciais e políticas de inclusão: um sumário da experiência brasileira recente**. Santiago: Naciones Unidas, 2004.

MUNANGA, Kabenguele. **Superando o Racismo na Escola**. 3.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

_____. Kabenguele. **Algumas considerações sobre a diversidade e identidade negra no Brasil**. In: RAMOS, Marise Nogueira. ADÃO, Jorge Manoel . BARROS, Graciete Maria Nascimento (Coordenadores) . **Diversidade na educação, reflexões e experiências: – Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.**

PERONI, Vera. Breves considerações sobre a redefinição do papel do Estado. In: **Política educacional e papel do estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil**, 1ª reimpressão, São Paulo, Editora Companhia das Letras. 1995.